

Morte e luto na criança: a história de apenas um adeus

Rosa Maria Marini Mariotto

Eu não tenho medo de morrer, eu tenho mesmo é medo de ficar sozinho. (Um sábio, de 6 anos)..

Começando por aqui...

Talvez, o leitor esteja lendo algo que ficou no passado, ou talvez lendo no exato instante do olho do furacão. O futuro a quem pertence mesmo?

É, os tempos eram (são?!) cascudos! O ano de 2020 já está marcado com ferro quente na carne da civilização, na memória coletiva e na história desse esférico planeta como o ano em que vivemos e convivemos com a morte nas telas da TV, nas *lives* das redes, nas ruas da cidade, nas manchetes dos jornais, no jardim de casa. Até o fechamento desse texto, a COVID-19 já infectou mais de 24 milhões de pessoas e matou 832 mil habitantes desse vasto mundo. Os Estados Unidos são o país mais afetado, com 5,9 milhões de casos e quase mortes. Em seguida, vem o Brasil, que se

aproxima de 3,8 milhão de infectados e registra 120 mil mortos pelo Coronavírus.

Transportados aos tempos das guerras mundiais, da gripe espanhola e da peste, o mundo tecnológico ajoelhou-se diante de um inimigo invisível, implacável, incontornável e quase incontrolável, deixando as grandes potências mundiais impotentes. Enterros coletivos em valas comuns, muitas vezes anônimos, velórios assépticos, luto compartilhado nas telas das redes sociais que teimam em nos ajudar a não desfazer o que ainda resta de laço entre os humanos.

Em 2020, o mundo começou a feder carniça...

Seria, então, uma heresia ou, no mínimo, uma ousadia escrever sobre o luto e a morte que acomete apenas um? E mais, que acomete uma criança?

As crianças são, até o momento, as que menos se contagiam pelo Coronavírus; ao mesmo tempo, e por causa disso, são aquelas que em maior número estão contabilizando no currículo da vida a morte de um tio, da avó, da mãe, desses adultos que insistem em desaparecer.

Sim, a criança não tem medo da morte! Ela tem medo é de ficar só, tem pavor do desamparo que, nos tempos da infância, é sinônimo de abandono. Via de regra, a morte real para uma criança é uma realidade distante e inatingível, principalmente a ideia de que um dia ela mesma venha a morrer.

Portanto, quando a criança se tromba com a morte de uma figura significativa de sua existência, a ela cabem duas operações: a do luto da pessoa falecida e a da sobrevivência diante da solidão, que pode se abrir como um precipício diante dela. Trabalhos difíceis, complexos e muito singulares. Ou seja, ainda que estejamos fazendo enterros coletivos, o luto será sempre um a um, e a criança também disso não escapa.

Desse modo, antecipadamente alertamos o leitor de que o que se pretende construir aqui está menos na ordem do universal da teoria do que do um a um, ou melhor, do caso a caso. Seguiremos as sobras deixadas por uma criança em análise para que, a partir delas, possamos tecer algo que se assemelhe a uma teoria, ou hipóteses a respeito dos tempos que uma criança atravessa de mãos dadas com a morte e com um analista.

Em outros trabalhos^{1,2}, pudemos investigar esse tema a partir da apresentação e discussão de alguns casos clínicos a respeito do trabalho analítico com crianças que perderam um de seus pais ou os dois, e que poderão ser revisitados aqui em função da riqueza de elementos que ainda hoje nos colocam em trabalho e reflexão.

Vale lembrar que a escrita do caso clínico só se autoriza caso isso permita ao psicanalista lapidar ainda mais sua escuta e direção de trabalho. No mais, é puro narcisismo. A escrita da clínica é também partícipe da própria formação do analista que, sustentada no tripé análise, supervisão e estudo teórico, exige do praticante um testemunho, diante dos seus pares, dos passos que já deu em seu ofício e em seu desejo.

Escrever é também um luto, pois impõe ao escriba fazer matar a coisa, afinal: “escrever um caso clínico, em que se constrói a ficção estrutural de um sujeito, comporta um impossível de descrever e de significar, portanto, comporta um furo na estrutura de linguagem em funcionamento na narrativa que se escreve: há o impossível de escrever”³.

Outro aspecto digno de nota que ensejou a escrita deste trabalho está por ocasião da elaboração do prefácio do livro

¹MARIOTTO, Rosa Maria Marini. “Por que meu pai não aguentou?” Sobre a morte real do pai na clínica com crianças. *Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista*, v. 15, p. 113-126, 2007.

²WAKAMATSU, Márcia Takahara; MARIOTTO, Rosa Maria Marini. Elaboração do luto por meio de histórias infantis em um caso clínico atendido em ambulatório ligado ao SUS. *Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista*, v. 26, p. 149-158, 2013.

³SOUZA, Cirlana Rodrigues de. A escrita do caso clínico. *Psicanálise & Barroco em Revista*, v. 14, n. 2, p.49-64 dez. 2016. p. 51.

dirigido ao público infantil, *Uma flor para Tatan*⁴, que versa sobre a saga lúdico-filosófica de um garoto em busca da compreensão dos mistérios da morte. Dessa experiência, restou um grama de desejo que serviu de base para o que hoje se apresenta.

E assim, começo, recomeço, visito e revisito essas crônicas de mortes anunciadas.

Apesar dos rituais que a envolvem, a morte é indomesticável. Ela é selvagem, primitiva e não convencional. Geralmente os adultos são mais habilidosos para mascarar a dor e angústia em decorrência do encontro com a morte de alguém. A criança, por sua vez, escancara em seus atos, em suas perguntas e em sua atividade lúdica o horror da condição mais natural da existência humana. É por isso que ela convoca o adulto ao seu redor – e, por vezes, seu analista – a se identificar ou acompanhar esses tempos de viver a morte a partir de sua lógica singular, exigindo dessa gente grande um esforço ainda maior de retorno às suas próprias experiências que na infância se inscreveram.

O óbvio aqui merece ser destacado: a infância é um tempo essencialmente mortífero, onde transbordam riscos de desaparecimento, de afânise, de abandono, de perdas de si, do outro e do Outro. Portanto, diante da morte, todo adulto é infantil.

Assim, a jornada de uma criança que testemunha a morte de alguém que ainda encarna o Outro não pode e não deve ser vivida na ausência do abraço, no silêncio de palavras ou na escassez do imaginário. Corpo, palavra e brincar se tecem para armar uma rede suficientemente consistente que permite à criança não apenas sobreviver a essa experiência, mas atravessá-la.

Outro aspecto digno de nota nesses acontecimentos é o fato de que é preciso estar atento à diferença entre a interpretação – ou confusão – do adulto e a reação das crianças. Não é raro que a atitude dos adultos diante da perda é a de proteger a criança não

⁴MOHR, Allan Martins. *Uma flor para Tatan*. Curitiba: InVerso, 2019.

falando sobre isso. Costuma-se ocultar o fato de que nada é para sempre, somente a morte. Nessa lógica, quanto menos se falar, menos se vai sofrer. Dois equívocos aqui se destacam: (1) uma criança pode sofrer tanto ou mais que um adulto diante da perda de um ente querido e (2) quanto menos tessitura discursiva a criança tiver, mais difícil será encontrar uma forma de representação/elaboração dessa experiência, mantendo-a assim num sofrimento mudo, interminável e intransponível.

Contar os fatos é como contar uma história para a criança. É apenas o ponto de partida de uma escritura de sua própria ficção verdadeira, sua própria versão sobre o que não se inscreve. Isso nos lembra da lição básica que Freud nos deixou: a de que toda experiência só pode minimamente ser compreendida *a posteriori*. A criança nos ensina exemplarmente essa lição. Quantos “conta mais uma vez” ouvimos delas, indicando-nos que a chave para um novo caminho passa forçosamente pela repetição do mesmo, de novo, de novo, até o novo. Muitas vezes, nem os fatos são contados, mas é incrível o faro para a verdade que uma criança tem.

A partir daí, propomos alguns tempos na construção dessa história que será sempre inacabada, interrompida e insuficiente, e por isso que, de tempos em tempos, deve ser recontada, reescrita e relançada mais uma vez, uma vez mais. A apresentação de cada um desses tempos será “ilustrada” por Antônio, um sensível garoto de 9 anos, que me concedeu o privilégio de acompanhá-lo nessa dura prova de ter perdido seu pai não apenas para a morte, mas para o sofrimento de continuar vivo. Aqui, já destacamos a hipótese de que, para uma criança, o suicídio é morrer duas vezes! Voltaremos a esse ponto para sustentarmos essa afirmação.

Não vamos organizar pedagogicamente o texto a partir desses tempos que serão abaixo elencados, mas eles nos servirão de bússola para o sentido que o caso apresentado vai percorrer:

1. Saber sobre a morte: como se conta a uma criança que seu pai morreu?
2. Compreender a morte e compreender a falta? As histórias emprestadas
3. Concluir um luto, isso é possível? a história de um *Ironkid*.

Continuando por aqui...

A mãe de Antônio me procura um mês e meio após o falecimento do seu ex-marido, pai da criança. No mesmo dia de seu falecimento, pai e filho estiveram juntos realizando atividades, como era de costume. Os pais moravam no mesmo condomínio de apartamentos, o que facilitava o convívio. Nessa entrevista inicial em que a mãe e o menino participaram, ele me conta que o pai morreria de infarto. Porém, ele se havia suicidado e fora encontrado enforcado em casa pela ex-mulher e o irmão dele. No entanto, Antônio, até o momento, não sabia desse elemento. Assim, uma demanda a mais se impunha nesse trabalho: não apenas se buscava uma ajuda para a elaboração do luto de Antônio, mas, também se buscava um especialista para encontrar o momento certo para revelar ao menino a verdade. Aqui já vale uma interrogação: qual é o momento certo para se ouvir uma verdade? De que verdade se trata? Tempo, verdade, realidade e ficção se alinhavam nas histórias e, nesse caso, não seria diferente.

O que ficou claro nessa conversa inicial é que ninguém contou ao menino que a morte teria sido em decorrência de um infarto, pois quando a mãe encontra o filho para lhe dar a notícia apenas lhe informa que “o papai havia morrido”, ao que imediatamente é seguido por “foi do coração, né?”, diagnostica a criança.

Que verdade uma criança sabe antes mesmo de ser revelada a ela? Que operação uma criança é capaz de fazer para recobrir o horror de um ato suicida? Que versão uma criança é capaz de fazer para poupar o Outro encarnado? Questões que se impuseram e que

nos indicam a imperiosa necessidade de, na clínica com crianças, estar atento à diferença entre conhecimento, saber, verdade. O fato de uma criança saber inconscientemente de algo não impede que ela possa enunciar isso.

Sobre esses conceitos acima listados, damos apenas uma pista para que o leitor estabeleça seu próprio percurso: é em Lacan que podemos nos amparar para decantarmos, com mais precisão, a diferença entre conhecimento, saber e verdade. Sabe-se que verdade do sujeito da psicanálise é negativa (não tem uso) para o conhecimento e é impossível de se inscrever no discurso dos universais, o que reforça nosso esforço em trabalhar no um a um, no caso a caso.

Se há um saber sobre o sujeito na psicanálise, esse saber não é para todos, é caso a caso, singular a cada um. Trata-se aqui do próprio retorno a, ao que do sujeito é singular e irredutível ao conhecimento, o qual Lacan elaborou, nos anos de 1965 e 1966, como sendo o objeto da psicanálise, o objeto *a*. Se para Sócrates é possível conhecer a si mesmo, para a psicanálise, na sua orientação, há um impossível do sujeito de ser reduzido a qualquer conhecimento. A partir desta relação do sujeito com a impossibilidade de formular um conhecimento de si, ao fim de seu ensino, Lacan elaborará operadores como gozo, real e falasser.⁵

Diariamente, pagamos um preço razoável ao tentar enfiar a verdade no saber. O preço que consta na etiqueta desse movimento revela que o sujeito vai ter de desembolsar seu próprio apagamento, o desconhecimento sobre si, que parece consistir, por excelência, a sua própria verdade.

Resumindo, se o conhecimento é da ordem do imaginário, o saber se supõe atrelado ao simbólico e a verdade pega carona no real, como adverte Lacan em seu texto de 1965, “A ciência e a verdade”⁶.

⁵CAMARGO, Luís Francisco Espíndola; AGUIAR, Fernando. Foucault e Lacan: o sujeito, o saber e a verdade. *Rev. Filos. Aurora*, Curitiba, v. 21, n. 29, p. 531-544, 2009. p. 540.

⁶LACAN, Jacques. A ciência e a verdade [1966]. In. _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998. p.869-892.

Dito isso, Antônio nos aguarda...

Quando da notícia do falecimento do pai – conhecimento do fato –, o garoto imediatamente lança mão de um saber já construído sobre o assunto: afirma ser de infarto, já que seu avô havia falecido desta causa há alguns anos.

Qualquer anúncio de morte é um choque violento, principalmente quando ocorre repentinamente, inesperadamente e brutalmente. Se a morte é da ordem da vida, o anúncio da morte é um momento traumático, pois introduz naqueles que ficaram um rombo diante do inconcebível e do incontornável.

No entanto, algo fica à espreita, fora de sentido, mas que irrompe de algum modo. Na primeira sessão com Antônio, entre várias coisas que conversamos, ele comentou que o que mais gostava de fazer com o pai era escalar. Convido-o para fazer um desenho sobre essa atividade e somos surpreendidos pela cena que explode no papel: uma corda que liga o garoto ao pai. Nesse momento, o menino ainda “não sabe” que seu pai se havia enforcado.

A ficção tem mais em comum com a verdade que com a falsidade. *A verdade está estruturada como uma ficção* ou *a verdade tem estrutura de ficção*. Disto pode-se concluir que a ficção deixa de ser um impedimento para a articulação da verdade. O próprio Freud introduziu o conceito de *realidade psíquica* (*Wirklichkeit*, verdade literária), para designar a verdade subjetiva, tão real quanto a realidade objetiva (*Realität*), para combater os ataques do positivismo contra a psicanálise.⁷

O que se destaca aqui é que toda criança precisa tomar conhecimento sobre a morte (seu papai morreu), mas toda criança vai se surpreender com aquilo que sabia sem saber. Não nos apressemos em querer contar a verdade, pois ela já está aí.

⁷GUIDO, Rosario Herrera. Jacques Lacan, filosofia, psicanálise e ciência. *Saberes*, Natal-RN, v. 1, n.2, p.166-181, maio 2009. p. 178.



Passemos para outra questão: tomar conhecimento da morte não é compreender.

Aí se impõe outro elemento. O que devemos compreender diante da morte? Já advertimos no início do trabalho que a morte não nos dá o benefício de sua compreensão. Logo, o que parece ser tarefa daquele que fica, quando testemunha aquele que vai, é

compreender o lugar que esse outro/Outro ocupava em sua vida para ter a mínima dimensão do vazio que aí se abriu.

Em outro trabalho⁸, já se discutiu sobre o impacto que a morte de um dos pais produz na vida de uma criança, pois junto com ele morre a ilusão narcísica da onipotência infantil, que é sua fonte de segurança. Ao se deparar com a ausência do Outro ainda encarnado, a criança se sente desamparada e impotente.

No caso em questão, temos um elemento a mais: a modalidade do morrer. Já lançamos a hipótese de que, para uma criança – ou para esta criança –, encontrar-se com o suicídio do pai é vê-lo morrer duas vezes. Ou seja, o ato suicida impõe o fato de que houve uma escolha pela morte, uma intencionalidade em declinar da vida. Sendo assim, não apenas o vazio da presença se coloca, bem como o buraco da destituição do Outro enquanto ideal e, também, a derrocada de si na condição de objeto causa de manutenção da vida.

Um trabalho hérculeo, onde os fracos não tem vez! Voltemos mais uma vez, então, ao nosso pequeno herói.

Nesta primeira sessão, já mencionada, ele me conta quem era seu pai. Tenente do corpo de bombeiros (que recebeu a patente de major *post mortem*), também um triatleta amador, um *IRONMAN*, define o filho. Na tentativa de me explicar a dimensão dessa insígnia, vai ao quadro e escreve: *IROMAN*, produzindo aí um lapso ao omitir a letra N, mas que permitiu que se formassem as 3 primeiras letras do nome do pai. Assim, pai e *ironman* se confundem, nomeiam-se e se colocam como via através da qual poderíamos fazer um percurso clínico.

Vale aqui uma breve discussão a respeito do estabelecimento da transferência na clínica com crianças. Pois, no caso em questão, isso foi essencial, providencial, transferencial!

⁸WAKAMATSU, Márcia Takahara; MARIOTTO, Rosa Maria Marini. Elaboração do luto por meio de histórias infantis em um caso clínico atendido em ambulatório ligado ao SUS, op. cit.

Com Lacan, encontramos um avanço de formalização do manejo da transferência com o conceito de sujeito suposto saber e seu algoritmo.

[...] algo que não foi isolado antes que eu o fizesse, especificamente a propósito da transferência: a função que tem, nem mesmo na articulação, mas nos pressupostos de todo o questionamento sobre o saber, o que eu chamo ‘o sujeito suposto saber’. As questões são colocadas a partir de que existe esta função em algum lugar, chamem-na como quiserem, aqui ela aparece em todas as suas faces, evidente por ser mítica, que há em algum lugar algo que desempenha a função de sujeito suposto saber.⁹

Lacan isola, então, algo presente na experiência comum, a referência, de todo questionamento, a um lugar em que se supõe haver um saber. Ainda que não se saiba, a possibilidade de saber sendo antecipada, em algum lugar, ou encarnada em alguém, ou suposta em algum procedimento para se obtê-lo.

É como se algo precisasse ser endereçado especificamente àquele analista, mesmo que saibamos a diferença do que ocorre de suposição de saber antes de se conhecer o analista e o que ocorre em presença dele articulado ao questionamento do sintoma. Pois, quando se procura um psicanalista, de algum modo já se supõe que ele possa curar o mal-estar, ou mesmo que se tenha certa dúvida disso, a função de suposição de saber está dada.

É o tal do “significante qualquer” que se mostra no matema da transferência elaborado por Lacan, que formaliza a função do sujeito suposto saber (1967).

$$\frac{S}{s(S^1, S^2, \dots, S^n)} \nearrow S^q$$

⁹LACAN, Jacques. *O ato psicanalítico* [1967-1968]. Inédito. p. 53.

Não nos interessa aqui dissecarmos teoricamente esse algoritmo, mas apenas destacar que o significante sobre a barra (S) é um significante do analisante, o chamado significante da transferência. Sua conexão com um **significante qualquer** que particulariza o analista (S^q) produz como significado, sob a barra, um sujeito (s) articulado aos significantes do saber inconsciente (S¹, S²,... Sⁿ).

No caso de crianças, o desfile dos significantes se mostra inicialmente no discurso dos pais, que são os primeiros a nos endereçar algum saber que pode ou não se entrelaçar ao da cria.

Antônio já havia consultado outro psicoterapeuta que, em três encontros, indicou à mãe que ele estava bem, sugerindo a interrupção do trabalho. Ao me procurar, a mãe chega com dois pontos de suposição de saber: a indicação de um nome a partir de dois bons amigos e o fato de que pratico o mesmo esporte que ela e o pai da criança.

Assim, quando nos encontramos na primeira sessão sozinhos, ele se sente à vontade para contar sobre as provas realizadas pelo pai, sobre as distâncias de cada modalidade de esporte envolvidas nas competições de *Ironman*, e mais uma vez se revela: ao fazer referência a uma prova de *triathlon* extremo, chamada *Fodaxman*, ele pronuncia *Fodástico*. Junto ao lapso na escrita da palavra *Ironman* já citado, fica evidente que estar à vontade, então, é aqui demonstrado pela vontade ou urgência inconsciente de revelação de algo que aí poderia ser acolhido como uma legítima demanda de análise, mas somente na medida em que pudesse ser escutado. Um significante qualquer não significa qualquer significante...

Por fim, nesse primeiro encontro, pede para que eu assista a dois filmes: “Quatro vidas de um cachorro” e “Cem metros”. Tenho uma lição de casa, pois não os conhecia.

Aqui mais um destaque merece ser feito a respeito do manejo do trabalho psicanalítico com crianças: o material da sessão

é a matéria significativa do sujeito. Portanto, é tarefa do analista se deixar levar através das histórias tomadas de empréstimo pelas crianças para que, no momento oportuno, elas passem de contado a contador de sua própria ficção. Os livros, os filmes, os causos, os desenhos são todos material de trabalho que, como grãos jogados no chão, nos oferecem algumas pistas sobre o caminho a percorrer. Concorda-se integralmente com Corso e Corso¹⁰ ao afirmarem que histórias não garantem a felicidade e nem o sucesso na vida, mas ajudam na medida em que se apresentam como metáforas, ou seja, modos diferentes de ver, de compreender a realidade vivida, permitindo que se tenham mais recursos para enfrentá-la. Sabemos que, para as crianças, as histórias fazem parte das coordenadas que permitem a elas se orientarem no mundo, ajudando-as a suportar angústia, sem se encontrar diretamente com o real.

De modo condensado, o filme *Quatro vidas de um cachorro* questiona o sentido da vida, a partir de um cachorro que morre e reencarna várias vezes, mantendo sempre o sonho de reencontrar seu primeiro dono e seu maior amigo. Viver só tem sentido se for pra fazer o outro feliz, afirma o filosófico cão.

O filme *Cem metros* é uma produção espanhola, baseada em fatos reais, que conta a história de um homem diagnosticado com esclerose múltipla e que questiona as limitações do seu corpo e, com a ajuda do sogro, treina para uma prova de *Ironman*. Daquele que não conseguia andar 100 metros, terminar um *Ironman* em último lugar foi a maior das conquistas.

Voltemos ao ponto que ensejou esta discussão. Elaborar um luto não é compreender a morte, mas conseguir dar um destino simbólico – com a ajuda do imaginário – às quedas vividas diante disso: do Outro encarnado, do ideal e de si mesmo. Para isso, a criança precisa contar com a ajuda de material significativo que o discurso provê (cultura, artes, família e seu analista) para que tenha matéria-prima suficiente pra construir sua própria verdade ficcional.

¹⁰CORSO. Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. *Fadas no divã*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

A partir do material que recolhemos com Antônio, localiza-se aí um pai foda, um homem de ferro, um profissional honrado e muito admirado. É possível matá-lo? É possível que alguém assim tenha escolhido tirar a própria vida?

Em paralelo, temos um filho que não foi suficiente para manter o desejo de vida pulsando em seu pai: “ele esqueceu que tinha família, que tinha um filho” – diz um menino caído. Um filho que se ressentia em ter de provar ao pai sua *performance* na escola e, evidentemente, nos esportes. Um menino que entendia que o sentido da vida era corresponder ao ideal do pai e, como não conseguia, sentia-se triste, bravo e decepcionado. Qual criança não tem um pai foda? Antônio tinha um pai foda que se matou. Que foda!

Que a questão do Pai já tenha sido amplamente debatida na psicanálise não retira do clínico a necessidade de recolocá-la a cada vez, a cada caso. Por isso, no caso em questão, destaca-se a discussão em torno dos conceitos freudianos de pai terrível, da formação do supereu e do ideal do eu, além do parricídio como base sobre a qual a neurose se organizará.

Nas “Novas Conferências Introdutórias sobre psicanálise”, Freud¹¹ indica o ideal do eu como resultado de uma relação de amor fundada na autoridade paterna. Para não perder seu amor perante a castração, o sujeito se submete ao pai, identificando-se a este último e mantendo-o no lugar do ideal, de maneira que sua autoridade seja preservada. Desse modo, a autoridade do pai, em lugar de ideal para a criança é subjugada à iminência de perda do amor em face da perda do lugar de centralidade narcísica na relação com a mãe. É a instauração do ideal do eu, a partir do que o pai abre caminho para uma saída identificatória na cultura, afastando o sujeito dessa

¹¹FREUD, Sigmund. Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos [1933]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1977 b. v.XXII.

centralidade narcísica, de forma que este mantenha sustentação no desejo a partir da castração. Ainda nesse texto, encontramos um supereu concebido como medida de exigência sobre o eu em relação ao ideal, em que Freud assevera seu massacre num movimento de punição e exigência de perfeição perante o ideal.

E encontramos, em “Totem e Tabu”, a compreensão da organização psíquica e cultural a partir do parricídio¹². Como pai morto na fantasia, sua presença se torna indestrutível, porque simbólica e internalizada, dada a culpa parricida cujo peso impede definitivamente o acesso ao lugar do pai junto à mãe – o que caracterizaria o próprio incesto. O mito do assassinato do pai na horda primitiva, que o instaura como símbolo, torna esse pai morto indestrutível para o grupo tribal. Um pai “mais poderoso do que o fora quando vivo”¹³.

Colocamos, porém, em discussão que, diante do suicídio desse pai inquebrantável, ele pode vir a perder sua potência, esvaziando-se de qualidade fálica. Morre como pessoa, morre como ideal. Por outro lado, o ato suicida deu também um caráter de humanidade a esse pai, que se revela em sua mais visceral fragilidade.

Neste ponto da discussão, talvez Lacan possa fornecer algumas possibilidades de respostas. Lacan¹⁴ avança sobre esta questão, assinalando a constituição do sujeito na neurose a partir de sua teoria do Nome-do-Pai como significante que organiza o sujeito na cultura e instaura a lei do desejo. Como importante aspecto de sua teorização, o autor distingue a função do pai diante dos três registros da constituição do sujeito (real, simbólico, imaginário), situando, a partir disso, três tempos da constituição edipiana.

¹²FREUD, Sigmund. Totem e Tabu [1913]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1977 a. v.XXII, p.20-37.

¹³Id., *ibid.*, p. 357.

¹⁴LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente* [1957-1958]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

Se pensarmos em relação à potência paterna, que nos interessa no caso, pode-se então diferenciar três etapas: no primeiro tempo, a criança ainda acredita na sua própria onipotência (apesar de já interditada); no segundo, atribui a onipotência ao pai; no terceiro, declina de seu investimento primário, situando o pai como potente – potente diante do desejo da mãe.

É na passagem do segundo para o terceiro tempo que a Ordem Simbólica, inscrita no primeiro tempo, estabelece seu valor, no momento em que o ideal do eu se constitui. É aqui que se inscreve o traço do pai, o emblema da virilidade para o menino. Lacan assevera: “É por intervir como aquele que tem o falo que o pai é internalizado no sujeito como ideal do eu, e que, a partir daí, não nos esqueçamos, o complexo de Édipo declina”¹⁵. O sujeito se ancora no ideal do eu, buscando ali uma forma de ser, identificando-se aos traços do pai.

Munidos desses elementos, podemos retomar o caso de Antônio para o passo que se dá na sequência dos atendimentos.

Antes de novamente recebê-lo, a mãe me manda uma breve mensagem me alertando que o menino soube das circunstâncias da morte do pai. Nesse dia, ele está mais quieto do que de costume, diz que anda perdendo a paciência com as aulas *online* – efeitos da pandemia, e, por fim, fala que seu pai se havia matado.

Digo a ele que isso era algo muito importante e que, de algum modo, faria parte da história dele e pergunto se ele gostaria de escrevê-la. Aceita, contanto que ele narrasse e eu escrevesse. O que se escreve agora se narrou assim:

“Meu pai era um *Ironman*, mas era também de carne e osso. Ele se enforcou porque tinha depressão, e isso traz muito sofrimento. Se matar é um ato de loucura, mas também de coragem. O que eu mais gostava de fazer com ele era escalar e o mais difícil é descer porque você acha que sempre vai cair. Meu pai era muito

¹⁵ LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente*. Op. cit., p. 201.

exigente comigo, mas não precisava. A morte dele fez com que eu me tornasse um *ironkid* porque precisa ser muito forte pra isso”.

Depois dessa sessão, peço para conversar com a mãe, que me dá detalhes de quando o filho quis saber mais sobre a morte do pai. Na ocasião, a mãe propõe que ambos rezassem para o pai no sentido de perdoá-lo por esse ato, desejando que ele estivesse em paz onde quer que estivesse. Nesse momento da oração, Antônio diz: “Papai do céu, me perdoa”. Rapidamente, a mãe intervém afirmando e confirmando que ao menino não caberia pedir desculpas de nada e que Papai do céu estava muito feliz em vê-lo caminhando bem.

Na sessão seguinte, Antônio conta um sonho em que o pai aparece pra ele e diz: “Meu filho, você pode ser quem você quiser”.

A partir daí, o menino passa a querer brincar de combate, de jogo da vida, de privada maluca e outros jogos divertidos. Sua mãe e ele mudaram-se para uma casa nova e compraram dois cães. A criança segue em atendimento, às vezes relatando que chora “do nada”, que tem ido pedalar com a mãe e que gosta muito do novo namorado dela.

Não podemos nos deixar levar pelo *furor curandis* que nos empurraria para a ideia de uma elaboração do luto. Sabemos que o percurso não terminou, sabemos das consequências de um pai morto dizer a um filho que ele pode ser o que quiser, como se isso liberasse o pequeno sujeito de responder ao que supõe ser a demanda do Outro encarnado. Ao contrário, pois diante do ser o que se quiser, fica a questão: o que eu quero. Resposta que depende de outra, que se constrói a partir da pergunta: o que o Outro quer de mim? No entanto, trata-se de um sonho e, portanto, da elaboração do pai na própria criança, melhor dizendo, da liberação de um pai nela. Caminho que exige atenção...

Sabemos também dos efeitos da culpa e da necessidade de punição que ainda habita essa criança, que ainda não se perdoou e nem perdoou.

Encerrando por aqui...

O sofrimento psíquico é expresso em estado bruto, às vezes sem limite, nos gritos, nas lágrimas, na raiva, na incompreensão, no estupor ou no espanto. É como se o aparato psíquico sofresse um curto circuito que o sobrecarrega, paralisando e impedindo de acessar os significantes que permitiriam uma costura desse evento na continuidade da atividade psíquica. Afirmações como “Em um instante a vida para” ou “Tudo mudou em uma fração de segundo” são a mais clara demonstração de como o real emudece o simbólico. Não existem método nem ferramenta pronta para pensar, para anunciar a morte, para elaborar ou concluir tudo isso.

Existem presentes em nossa clínica. Somos presenteados diariamente com as dores, as palavras, as lágrimas, os amores, as conquistas e decepções daqueles que um dia resolveram bater à nossa porta, entrar, ficar e atravessar. Somos frequentemente visitados pelas insuficiências, pelas impotências, pelos impossíveis e pelas contingências dessa vida de cão.

O que fazemos com tudo isso? Escrever é uma forma de poder dar tessitura simbólica ao real do Outro para que não façamos de nosso ofício um gozo mortífero, mas uma opção de vida. Como bem aponta Lacan, no *Seminário 23*, o desejo do analista é um fim para que não nos terminemos em nossa neurose¹⁶.

Assim, os presentes que um psicanalista ganha não brilham, não têm gosto bom, não nos adornam, não cheiram nada bem. Somos, sim, aquela lata de lixo que recebe diariamente os restos do sujeito ou seus excessos, que fedem carniça. Sigamos em frente, apostando que esses rebotalhos do horror da existência, que nos atiram em forma de palavras, lágrimas, desenhos, tapas e sopapos “lúdicos” e demais brincadeiras, são o que de mais precioso um sujeito porta e, justamente por isso, se colocam como modo de recostura, de tessitura, nem que a gente caminhe apenas 100 metros...

¹⁶LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 23: o sintoma* [1975-1976]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

Sobre a autora

Possui graduação em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica do Paraná, mestrado em Psicologia Clínica pela Universidade Tuiuti do Paraná e é Doutora em Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano pela Universidade de São Paulo. Foi professora adjunta da Pontifícia Universidade Católica do Paraná, de 1991 a 2012. Pesquisadora FAPESP e do Laboratório de Psicopatologia Fundamental da UFPR. Autora dos livros: *Cuidar, Educar e Prevenir*: as funções da creche na subjetivação de bebês (Fapesp/Ed. Escuta) e *Como a gente vira gente*: as maravilhosas aventuras de Tito e Vópsi na terra da humanidade (Ed. Inverso). Coorganizadora e coautora dos livros: *Psicanálise e ações de prevenção na primeira infância* (Fapesp/Ed. Escuta), *De bebê a sujeito*: a metodologia IRDI nas creches (Fapesp/Ed. Escuta), *Por uma (nova) psicopatologia da infância e adolescência* (IEP/Ed. Escuta), *Gênero e sexualidade na infância e adolescência* (Ed. Ágalma), e *Desmanual para pais e avós*: a função dos excluídos na educação dos bolinhos de carne (Ed. Inverso). Psicanalista, analista membro da Associação Psicanalítica de Curitiba.

Referências

CAMARGO, Luís Francisco Espíndola; AGUIAR, Fernando. Foucault e Lacan: o sujeito, o saber e a verdade. *Rev. Filos. Aurora*, Curitiba, v. 21, n. 29, p. 531-544, 2009.

CORSO, Diana Lichtenstein; CORSO, Mário. *Fadas no divã*. Porto Alegre: Artmed, 2006.

FREUD, Sigmund. Totem e Tabu [1913]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1977 a. v.XIII, p.20-37.

FREUD, Sigmund. *Novas conferências introdutórias sobre psicanálise e outros trabalhos* [1933]. In: _____. *Edição standard brasileira das obras psicológicas completas*. Rio de Janeiro: Imago, 1977 b. v.XXII.

GUIDO, Rosario Herrera. Jacques Lacan, filosofia, psicanálise e ciência. *Saberes*, Natal-RN, v. 1, n.2, p.166-181, maio 2009. p.166-181

LACAN, Jacques. A ciência e a verdade [1966]. In. _____. *Escritos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.p.869-892. p.869-892.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 5: as formações do inconsciente* [1957-1958]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1999.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro 23: o sintoma* [1975-1976]. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2007.

LACAN, Jacques. *O ato psicanalítico* [1967-1968]. Inédito.

MARIOTTO, Rosa Maria Marini. “Por que meu pai não aguentou?” Sobre a morte real do pai na clínica com crianças. *Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista*, v. 15, p. 113-126, 2007.

MOHR, Allan Martins. *Uma flor para Tatau*. Curitiba: InVerso, 2019.

SOUZA, Cirlana Rodrigues de. A escrita do caso clínico: um ritornelo em torno da falta. *Psicanálise & Barroco em Revista*, v. 14, n. 2, p.49-64, dez. 2016.

WAKAMATSU, Márcia Takahara; MARIOTTO, Rosa Maria Marini. Elaboração do luto por meio de histórias infantis em um caso clínico atendido em ambulatório ligado ao SUS. *Associação Psicanalítica de Curitiba em Revista*, v. 26, p. 149-158, 2013.